

EUROPA,  
ATLÂNTICO  
E O MUNDO  
MOBILIDADES, CRISES,  
DINÂMICAS CULTURAIS

**PENSAR COM**

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

EUROPE, THE ATLANTIC AND THE WORLD  
MOBILITY, CRISES, CULTURAL DYNAMICS

THINKING WITH MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

**COORDENAÇÃO**

ISABEL MARIA FREITAS VALENTE

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Coimbra University Press  
2017

**A EMBAIXADA PORTUGUESA EM LONDRES  
NOS MEADOS DOS ROARING TWENTIES**

*Clara Isabel Serrano*

Investigadora do CEIS20-UC

E-mail: claraisabelmeloserra@sapo.pt

*Sérgio Neto*

Investigador do CEIS20-UC

E-mail: sgdneto@gmail.com

**Resumo**

A aliança luso-britânica é o mais antigo acordo diplomático ainda em vigor, remontando ao século XIV. No entanto, este conúbio enfrentou várias contrariedades, principalmente no século XIX, quando o *Scramble for Africa* atingiu o seu auge. O objetivo deste artigo é descrever as principais questões diplomáticas deste período, em relação à embaixada portuguesa em Londres, bem como observar o funcionamento geral da mesma. Por outro lado, este esboço pretende examinar as relações entre os vários regimes políticos deste período e os diferentes embaixadores portugueses acreditados em Londres.

**Palavras-chave:** Diplomacia; Portugal; Inglaterra; Anos 20

## **Abstract**

The Luso-British alliance is the oldest diplomatic agreement, dating back to the fourteenth century. However, this agreement faced several setbacks, especially in the nineteenth century, when the Scramble for Africa reached its peak. The purpose of this article is to describe the main diplomatic issues of this period, relating to the Portuguese embassy in London, as well as to observe the general functioning of the same. On the other hand, this draft intends to examine the relations between the various political regimes of this period and the different Portuguese ambassadors accredited in London.

**Keywords:** Diplomacy; Portugal; England; Roaring Twenties

A aliança luso-britânica é o mais antigo acordo diplomático ainda em vigor, remontando ao século XIV. No entanto, este conúbio enfrentou várias contrariedades, principalmente no século XIX, quando o *Scramble for Africa* atingiu o seu auge. Em 1890 uma disputa territorial, incidindo nas terras da África Austral, quase terminou em guerra entre os dois países. Portugal foi o candidato mais fraco e a rivalidade foi de imediato resolvida com a retirada lusa. Em poucas palavras, e no que concerne aos assuntos coloniais, entre 1890 e 1918, esta aliança manteve Angola e Moçambique na órbita portuguesa, em face da expansão alemã em África, temida pelos britânicos. No entanto, em 1898 e 1912-1913, as duas grandes potências, Inglaterra e Alemanha, tentaram chegar a um acordo sobre Angola e Moçambique e, assim, evitar a possibilidade de uma guerra. O governo português agiu diplomática e politicamente logo em 1912, destacando Norton de Matos – colonialista experimentado, com antepassados ingleses e formação também britânica – para o governo de Angola. Quando a Grande Guerra terminou, Portugal conseguiu manter as suas colónias.

Entre as duas guerras mundiais, Portugal temeu perder Angola e Moçambique para uma Alemanha revisionista e uma Itália expansionista. A velha aliança com o Império Britânico, não obstante a queda da Primeira Repú-

blica Portuguesa, em 1926, a ditadura militar (1926-1932) e o caráter ditatorial do Estado Novo (1933-1974), manteve-se durante todo este período.

Em 1924, Augusto de Castro, até então diretor do *Diário de Notícias*, tornou-se plenipotenciário-ministro em Londres, mas logo foi substituído por Norton de Matos, figura cimeira do Partido Democrático, que assim se tornou o primeiro embaixador de Portugal na capital inglesa. Dois anos mais tarde, após o golpe militar de 28 de maio de 1926, que derrubou o governo do democrático, António Maria da Silva, Norton foi imediatamente substituído. Nos anos trinta, a ditadura de Salazar, apesar das semelhanças do regime com o fascismo, sempre apoiou a aliança luso-britânica. Nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, apesar da sua neutralidade, Portugal permitiu aos britânicos e aos americanos o uso do arquipélago dos Açores como base contra os *U-Boote* alemães.

O objetivo deste artigo é descrever as principais questões diplomáticas deste período, em relação à embaixada portuguesa em Londres, bem como observar o pessoal afeto à legação/embaixada, a sua experiência e o funcionamento geral da mesma. Por outro lado, este esboço pretende examinar as relações entre os vários regimes políticos deste período e os embaixadores portugueses acreditados em Londres. Não podemos esquecer que algumas das personalidades mais prestigiadas da época foram nomeados para aquela legação/embaixada.

Por último, cumpre uma palavra de apreço e reconhecimento à Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, destacando a sua competência científica, a sua orientação, a permanente disponibilidade revelada ao longo de muitos anos de trabalho. O seu inestimável apoio e generosidade, que transcenderam, em larga medida, o de uma simples orientadora, permitiram-nos e permitem-nos cultivar uma amizade, que estamos certos, se continuará a prolongar para a vida.

### **Contributo para uma história das relações luso-britânicas**

A história diplomática de Portugal remonta aos primórdios da nacionalidade, quando, ao lutar pela independência do Condado Portucalense,

D. Afonso Henriques procurou obter o reconhecimento da integridade do reino e de todos os territórios conquistados<sup>1</sup>, pelos outros Estados europeus e, em especial, pela Santa Sé, que, na altura, regulava todas as questões que envolviam os diferentes reinos da cristandade<sup>2</sup>.

Desde essa época até à implantação da República, as relações diplomáticas portuguesas com os mais variados povos ficaram marcadas por acordos tão importantes como o Tratado de Westminster (1373)<sup>3</sup>, o Tratado de Windsor (1386), o Tratado de Tordesilhas (1494), o Tratado de Methuen (1703) ou o Tratado da “Quádrupla Aliança” (1834).

O primeiro marcou o início da mais antiga aliança diplomática do mundo, a aliança luso-britânica, ainda hoje em vigor, tendo sido, sucessivamente, reforçado e invocado, pelos dois países ao longo da sua história. Suspenso durante o período da União Ibérica, foi restabelecido após a Restauração de 1640, num período em que a situação interna inglesa “não permitia aos portugueses obter muito mais dos seus tradicionais aliados do que o simples reconhecimento de D. João IV”<sup>4</sup>. Nos inícios do século XIX, a mesma aliança consentiu o auxílio inglês aquando da ocupação napoleónica, auxílio que conduziria à permanência em Portugal, durante vários anos, das tropas de Sua Majestade. Mas também foi “ignorada” com o *Ultimatum* inglês, considerado, por muitos, “a mais grave ofensa” dos britânicos contra o seu mais antigo aliado. Para o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países muito contribuiu a ação de Luís Augusto Pinto de Soveral, Marquês de Soveral (1851-1922), ministro de Portugal em Londres. O grande conhecimento da corte de St. James concorreu para um desanuviamento das relações

---

<sup>1</sup> Cf. MARTÍNEZ, Pedro Mário Soares – *História Diplomática de Portugal*. 3.ª Edição. Coimbra: Almedina, 2010, p. 32.

<sup>2</sup> MAGALHÃES, José Calvet de – *Breve História Diplomática de Portugal*. 3.ª Edição. Mem Martins: Europa-América, 2000, pp. 16-17.

<sup>3</sup> Cf. *Idem* – *Op. cit.*, pp. 38-39.

<sup>4</sup> MAGALHÃES, José Calvet de – *Op. cit.*, p. 76.

e para o entabular de novas negociações – que conduziram ao acordo de 1891 e à declaração secreta de 1899.

Já no século XX, a Grã-Bretanha invocou-o por ocasião da Primeira Guerra Mundial, quando, em 1916, solicitou a Portugal a “requisição” das muitas dezenas de navios germânicos que, desde a abertura das hostilidades, se haviam refugiado nos portos lusos do continente, das ilhas e das colónias. A anuência ao pedido britânico conduziu à declaração de guerra alemã, que chegou a 9 de março de 1916<sup>5</sup>. Voltou a ser alegado na Segunda Guerra Mundial e, apesar da proximidade ideológica do regime de então relativamente às potências do Eixo, foi permitido o uso da base das Lajes pelos Aliados. Em 1961, durante a invasão de Goa por parte da União Indiana, Portugal procurou o auxílio da Inglaterra para minorar os efeitos do ataque. Durante a *Falklands War* (1982), a base aérea das Lajes foi novamente colocada ao dispor da *Royal Navy*.

A importância da aliança luso-britânica, considerada, desde cedo, um dos pilares da manutenção da integridade territorial e da soberania portuguesa, levou a que o governo de Lisboa acreditasse, por norma, em Londres os seus diplomatas mais conceituados. Aliás, Portugal não fugia à regra. Desde sempre Londres havia sido uma cidade incontornável, adquirindo uma importância cada vez maior à medida que os ingleses iam expandindo os seus domínios. Nos inícios do século XX, a capital inglesa ostentava ainda “o estatuto de principal centro da política e da diplomacia europeias; era também a capital do maior império colonial europeu e a mais importante praça financeira do velho continente”<sup>6</sup>. Por isso, em regra, os Estados europeus nomeavam para Londres os diplomatas mais qualificados. Na viragem do século, o marquês de Soveral, que até aí ocupara postos em diversas capitais europeias (Berlim

---

<sup>5</sup> Portugal tinha já enviado destacamentos militares para Angola e Moçambique, para fazerem face às incursões alemãs partidas do Sudoeste Africano (Namíbia) e do Tanganica (Tanzânia).

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Pedro Aires – *Armando Monteiro. Uma biografia política*. Venda Nova: Bertrand, 2000, p. 167.

e Madrid), fixou-se na capital britânica no ano do *Ultimatum*, tendo trabalhado com êxito para a reaproximação dos dois aliados e conquistado uma posição de destaque na corte de Eduardo VII. Com a implantação da República, a representação portuguesa foi entregue a outro importante vulto da cultura literária da época, o escritor e, mais tarde, presidente da República, Manuel Teixeira Gomes (1860-1941).

Nos alvares do século XX, o corpo diplomático português era uma estrutura relativamente pequena, que, desde sempre, tinha constituído uma casta à parte, com a nobreza titulada a monopolizar os postos mais importantes. A título de exemplo, cite-se Nuno Severiano Teixeira que, no estudo “A República e a política externa”, refere que, no último governo da Monarquia, “Portugal tinha no estrangeiro 20 legações e 17 chefes de legação, porque alguns deles acumulavam. Desses 17 diplomatas, 12 eram titulados e cinco não. Ou seja, 70,5 por cento da elite diplomática era de origem aristocrática”<sup>7</sup>.

Após o 5 de Outubro de 1910, registaram-se mudanças significativas. Para além da vaga de demissões que se seguiu à proclamação do novo regime – casos dos condes de Paraty (Viena) e Sousa Rosa (Paris), dos viscondes de Pindela (Berlim) e Santo Tirso (Bruxelas) e do marquês de Soveral (Londres) – a renovação do corpo diplomático “continuou com uma espécie de purgas mitigadas e seletivas, acompanhadas da nomeação de novos diplomatas de confiança política”<sup>8</sup>. Deste modo, em 1911, no final do primeiro ano da República, o panorama mudou significativamente. Portugal contava, então, com 18 legações no estrangeiro e 17 chefes de legação, sendo que um deles acumulava. Desses 17 chefes de legação, apenas dois eram titulados. Ou seja, a percentagem de aristocratas no aparelho diplomático baixou drasticamente de 70,5% para 11,7%<sup>9</sup>. As transformações não se ficaram, no entanto, por aqui. Para além da

---

<sup>7</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>8</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano – «A República e a política externa». In *A Primeira República Portuguesa Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 25.

<sup>9</sup> Cf. *Idem, ibidem.*

mudança na composição social do recrutamento diplomático, alterou-se também a confiança política. Assim, dos 17 chefes de legação ao serviço, em finais de 1911, apenas sete eram diplomatas de carreira e dez eram de nomeação política. Isto é, 58,8% eram “embaixadores políticos”<sup>10</sup>. E os postos diplomáticos mais importantes para a política externa portuguesa, Madrid, Paris, Londres, Roma, Berlim, Rio de Janeiro, haviam sido confiados a figuras gradas da propaganda republicana. José Relvas foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Madrid; João Chagas seguiu para Paris; Manuel Teixeira Gomes rumou a Londres; Eusébio Leão dirigiu-se a Roma; Sidónio Pais partiu para Berlim; e Bernardino Machado encaminhou-se para o Rio de Janeiro<sup>11</sup>.

Até 1926, o recurso a “embaixadores políticos” foi uma constante, com figuras republicanas bem conhecidas a serem chamadas para os principais postos da diplomacia portuguesa. Foram os casos de Duarte Leite, embaixador no Rio de Janeiro (1914); Augusto de Vasconcelos, ministro plenipotenciário em Madrid (1914) e Londres (1918); Egas Moniz, ministro plenipotenciário em Madrid (1917); Norton de Matos, embaixador em Londres (1924); entre outros. Muitos destes “embaixadores políticos” provinham do meio jornalístico. Segundo Pedro Aires Oliveira, basta folhear os anuários diplomáticos deste período para verificar que um número significativo de “antigos jornalistas e publicistas republicanos, a maior parte dos quais oriundos de jornais mais «militantes», como *O Mundo* e *O Século*, foi admitido no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo muitos deles colocados nos novos postos consulares criados após a Lei Orgânica de 1911”<sup>12</sup>. Refiram-se, a título de exemplo, João Chagas, colaborador, entre outros, de *O Mundo*<sup>13</sup>; Eusébio Leão, colaborador

---

<sup>10</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>11</sup> Cf. NOVAIS, Noémia Malva – *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*. Coimbra: Minerva, 2006, p. 29.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Pedro Aires – «O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974)». In *Análise Social*. Lisboa. V. 41, N.º 178, 2006. pp. 147-148.

<sup>13</sup> João Chagas foi colaborador de *A Liberdade*, *O Mundo*, *O Norte*, *A Pátria*, *O Tempo* e grande impulsionador de *A República*.



de *A Vanguarda* e de *A Luta*<sup>14</sup>; Duarte Leite, colaborador e, mais tarde, diretor de dois periódicos homónimos *A Pátria*, o primeiro fundado em Lisboa, em 1899, o segundo aparecido no Porto, em 1909<sup>15</sup>; e Augusto de Vasconcelos, colaborador de *A Pátria*<sup>16</sup>, *O Mundo* e *A Luta*<sup>17</sup>.

Não resta, pois, qualquer dúvida, acerca da considerável mudança na composição da elite diplomática portuguesa, que teve, aliás, “efeitos significativos na formulação e na condução da política externa republicana”<sup>18</sup>. Política externa essa que recuperou as ideias e reforçou as opções estratégicas tradicionais. Opções de longa duração, que vinham da Monarquia e que se prolongarão pelo Estado Novo. Com efeito, após a tentativa de consecução do objetivo primordial, o reconhecimento externo do novo regime, a República procurou o reforço da Aliança Inglesa e a consolidação do projeto colonial africano<sup>19</sup>, que teve na criação dos altos comissariados para Angola e Moçambique um esteio maior<sup>20</sup>.

### **Augusto de Castro, o último ministro plenipotenciário**

A nomeação, por decreto de 28 de fevereiro de 1924, de Augusto de Castro para a legação de Portugal em Londres enquadrava-se, assim, na

---

<sup>14</sup> Cf. LEMOS, Mário Matos – *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne, 2006. p. 423 e 605.

<sup>15</sup> Duarte Leite foi colaborador de *A Pátria*, matutino lisboeta, fundado em 1899 e dirigido por França Borges. E foi diretor de *A Pátria*, *Diário Republicano do Norte*, fundado em 1909. Cf. *Idem* – *Op. cit.*, pp. 483-484.

<sup>16</sup> *Idem* – *Op. cit.*, p. 483.

<sup>17</sup> Augusto de Vasconcelos foi também presidente da assembleia geral da empresa proprietária de *A Lucta*. Cf. *Idem* – *Op. cit.*, p. 423.

<sup>18</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Op. cit.*, p. 25.

<sup>19</sup> Cf. *Idem* – *Op. cit.*, p. 32.

<sup>20</sup> O regime dos Altos-comissários conferia muito mais autonomia e poder ao representante do Governo metropolitano. No entanto e, de acordo com Adelino Torres, “com exceção de Norton de Matos, que foi Governador de Angola entre 1912 e 1914 e alto-comissário no período compreendido entre 1921 e 1924, e cuja obra foi, sob vários pontos de vista, notável, as políticas desses representantes foram, no essencial, incaracterísticas”. TORRES, Adelino – «Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-1930)». In *Estudos afro-asiáticos*. Rio de Janeiro. N.º 32, 1997, p. 163.

estratégia delineada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Apesar de a sua ligação ao novo regime datar do período pós 5 de Outubro, a transição sem grandes sobressaltos, alavancada por Guerra Junqueiro, o crescente prestígio que a colaboração n’*O Século* e a direção do *Diário de Notícias* lhe granjearam e, mais tarde, o êxito dos Congressos da Imprensa Latina permitiram-lhe a afirmação nos meios republicanos e a entrada no Palácio das Necessidades.

Recorde-se que já em 1919 tinha sido requisitado para integrar a Comissão dos Prejuízos de Guerra, sendo ministro dos Negócios Estrangeiros António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz<sup>21</sup>. E, em 1920, era então inquilino das Necessidades Xavier da Silva<sup>22</sup>, foi chamado para a Comissão Executiva da Conferência de Paz. Ainda em julho do mesmo ano, partiu para Paris, em missão de serviço público.

“O reconhecimento das qualidades de diplomata do eminente jornalista”<sup>23</sup> tinham, também, levado Júlio Dantas, quando, pela primeira vez, sobraçou a pasta dos Negócios Estrangeiros<sup>24</sup>, a convidá-lo para representar Portugal nas comemorações do tricentenário do nascimento de Molière, que se realizaram em Paris, em janeiro de 1922. Assim, a 14 de janeiro, Augusto de Castro assistia na Sorbonne aos discursos do matemático Paul Appell (1855-1930), dos escritores Émile Fabre (1869-1955), Robert de Flers (1872-1927), Edmond Haraucourt (1856-1941), Maurice Donnay (1859-1945) e do político Léon Berárd (1876-1960). E, no dia 16, comparecia ao jantar oferecido aos delegados estrangeiros pela Société des Auteurs e Compositeurs Dramatiques, de que era presidente Robert

---

<sup>21</sup> António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre 15 de dezembro de 1918 e 20 de março de 1919. Durante esse período assumiram interinamente a pasta João de Canto e Castro Silva Antunes, João Alberto Pereira de Azevedo Neves e Francisco Manuel Couceiro da Costa.

<sup>22</sup> Xavier da Silva foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre 8 de março de 1920 e 26 de junho de 1920.

<sup>23</sup> *Diário de Notícias*. Lisboa: Ano 60, N.º 20903, domingo, 30 de março de 1924, p. 1.

<sup>24</sup> Júlio Dantas foi ministro dos Negócios Estrangeiros no governo de Cunha Leal, entre 18 de dezembro de 1921 e 6 de fevereiro de 1922 e, novamente, no governo de Ginestal Machado, entre 15 de novembro e 18 de dezembro de 1923.

de Flers, que durante a sua elocução, se referiu ao jornalista português nos seguintes termos: “M. de Castro, délégué du Portugal, directeur du *Diário* qui a su si bien assembler deux choses qui ne sont pas toujours réunies: un grand journal et un beau talent”<sup>25</sup>.

De resto, pela mesma altura, também a Universidade do Porto assinalava o tricentenário do nascimento do dramaturgo francês, tendo convidado o professor, ensaísta, historiador e crítico literário Hernâni Cidade (1887-1975) para uma conferência, em que este procurou delinear os traços mais característicos e definidores de “uma das individualidades que mais completamente exprimiu a alma da França”<sup>26</sup>.

A “brilhantíssima representação”<sup>27</sup> tinha sido, de acordo com Júlio Dantas, determinante para a sua escolha, pelo governo Álvaro de Castro, “para o alto cargo de ministro de Portugal em Londres”<sup>28</sup>. Constituído por democráticos (Domingos Leite Pereira, José Domingues dos Santos e Mariano Martins), independentes (António Ribeiro de Carvalho e Fernando Pereira da Silva) e seareiros (António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes)<sup>29</sup>, o ministério de Álvaro de Castro, empossado a 18 de dezembro de 1923, não duraria mais de 6 meses, caindo “na sequência da «revolta da aviação», ocorrida em junho<sup>30</sup>, com a ocupação pelos militares aviadores”<sup>31</sup> do Grupo de Esquadrilhas da Aviação Republicana (GEAR) da Amadora.

---

<sup>25</sup> *Tricentenaire de Molière. Recueil des discours prononcés à l'occasion des fêtes du troisième centenaire de Molière. Janvier 1922*. Paris: Éditions G. Crès, 1923, p. 44.

<sup>26</sup> CIDADE, Hernâni – «Conferência realizada na Universidade do Porto, para celebrar o tricentenário do nascimento de Molière». In *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto. N.ºs 5-6, 1922, p. 385.

<sup>27</sup> *Diário de Notícias*. Lisboa: Ano 60, N.º 20903, domingo, 30 de março de 1924, p. 1.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

<sup>29</sup> Cf. LEAL, Ernesto Castro – *Partidos e programas. O campo partidário republicano português. 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 105.

<sup>30</sup> De 3 a 7 de junho de 1924 teve lugar a revolta dos aviadores da Amadora. A renição deveu-se, em boa medida, à acção do general Bernardo Faria.

<sup>31</sup> FARINHA, Luís – «A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores». In *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2009, p. 474.

Todavia, o governo de Álvaro de Castro “constituiu a primeira experiência séria de correção do défice crónico do orçamento e um ciclo de governação coerente”<sup>32</sup>. Atento ao desenrolar da política governamental do militar nascido na Guarda esteve António de Oliveira Salazar, que, num artigo publicado cerca de 15 dias antes da exoneração do governo<sup>33</sup>, louvou a rara coragem do político de procurar “fazer ditadura com ar constitucional”<sup>34</sup>.

A opção feita pelo governo de Álvaro de Castro pelo diretor do *Diário de Notícias* para a legação de Portugal em Londres, vaga desde a eleição de Manuel Teixeira Gomes para a Presidência da República, é compreensível, em face das idênticas opções ideológicas do jornalista.

Foi, certamente, num ambiente de festa que Augusto de Castro chegou à capital inglesa, no dia 24 de abril<sup>35</sup>. A 23 de abril era inaugurada, no dia de São Jorge, pelo monarca Jorge V, no grande palco construído para o evento, o Empire Stadium, a British Empire Exhibition. A ideia de uma grande exposição colonial ganhara forma desde o início do século. A eclosão da Guerra Russo-Japonesa, em 1904, e posteriormente, da I Guerra Mundial, em 1914, tinha, porém, levado os ingleses a adiar, por duas vezes, a concretização do plano. Em 1919, a proposta foi renovada, num encontro que contou com a presença dos primeiros-ministros e Altos-comissários de todo o Império. Apesar de a data inicialmente proposta, 1921, não ter sido cumprida, em 1924 todos os preparativos para a sua abertura estavam concluídos.

---

<sup>32</sup> *Idem* – *Op. cit.*, p. 475.

<sup>33</sup> Cf. “O Governo Álvaro de Castro. Experiências políticas” (artigo no *Novidades*, 18 de junho de 1924). In SALAZAR, Oliveira Salazar – *Inéditos e dispersos*. Organização e prefácio de Manuel Braga da Cruz. Vol. I. *Escritos político-sociais e doutrinários*, 1908-1928. Venda Nova: Bertrand, 1997. p. 339-345.

<sup>34</sup> LEAL, Ernesto Castro – *Partidos e programas...*, p. 107.

<sup>35</sup> Augusto de Castro chegou a Londres no dia 24 de abril, tendo tomado posse nesse dia. Cf. Telegrama n.º 45, 24 de abril. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

Com esta grande mostra, os organizadores pretendiam apresentar ao público matérias-primas vindas de todo o Império, fomentar o comércio intercontinental e a abertura de novos mercados mundiais para os produtos britânicos, bem como promover a interação entre os diferentes povos e culturas. Wembley Park foi o local escolhido, por ser dotado das melhores acessibilidades<sup>36</sup>. A exposição, que cobria uma área de muitos hectares, nos dois anos (abril de 1924-outubro de 1925) que se manteve aberta atraiu mais de 20 milhões de visitantes.

Por esta altura, como já foi referido, Londres era ainda o principal centro da política e da diplomacia europeias. À importância política e à notoriedade do cargo, juntavam-se o luxo e o *glamour* da vida social inglesa. A conjugação destes dois fatores contribuía para tornar a legação de Londres no posto mais apetecido da diplomacia portuguesa<sup>37</sup>.

Tendo chegado à urbe londrina na penúltima semana de abril, só duas semanas depois, a 5 de maio, Augusto de Castro apresentou as suas credenciais no Palácio de Buckingham, ao rei Jorge V. O monarca foi, durante as saudações protocolares e nas suas palavras, “excepcionalmente amável”<sup>38</sup>, tendo-se referido, nos “mais penhorantes termos”<sup>39</sup>, ao chefe de Estado português, Manuel Teixeira Gomes.

Nesse mesmo dia, Augusto de Castro fez os seus primeiros contactos no Foreign Office, onde foi recebido pelo secretário de Estado, Ramsay MacDonald (1866-1937), que o acolheu “afetuosamente”. Este, depois de expressar “a estima” que sentia por Portugal, afirmou a certeza da continuidade de relações amigas, em prol da manutenção da tradição, tendo asseverado a sua “amizade carinhosa”<sup>40</sup> para com o país e o seu “ilustre chefe, seu grande amigo”<sup>41</sup>, Teixeira Gomes.

---

<sup>36</sup> O recinto da exposição era servido por três estações, duas localizadas no exterior e uma, construída de raiz, no interior.

<sup>37</sup> Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Armindo Monteiro...*, p. 167.

<sup>38</sup> Telegrama n.º 55, 5 de maio. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

O pessoal da embaixada era, então, constituído por João António de Bianchi, encarregado de negócios interino – que viria a ser nomeado secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros a 30 de junho de 1947 –, Henrique Gabriel da Silva, segundo secretário, António Rato Potier, adido extraordinário, e Óscar George Potier, conselheiro comercial.

A correspondência diplomática que Augusto de Castro manteve, durante o curto período que esteve à frente da legação de Portugal em Londres<sup>42</sup>, com o secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Teixeira<sup>43</sup>, mostra um diplomata atento, que seguia o que se passava na vida interna inglesa e que lia minuciosamente os jornais, sobretudo o que se referia a Portugal. Com efeito, para além de dar conhecimento da proposta orçamental do primeiro trabalhista a tutelar a pasta das Finanças, Philip Snowden (1864-1937)<sup>44</sup>, salientou o destaque dado pela imprensa britânica, sobretudo pelo *Times*, à situação financeira portuguesa, incluindo a uma possível falência<sup>45</sup>. Atento a essas notícias, Augusto de Castro concedeu uma entrevista, de que deu conta ao secretário-geral, que foi publicada pelo *Financier and Bullionist*<sup>46</sup> e outros periódicos ingleses, em que abordou o esforço de recuperação

---

<sup>42</sup> Augusto de Castro foi nomeado para a legação de Portugal no Vaticano a 6 de junho, tendo tomado posse a 18 de julho de 1924. Entregou a gerência da legação João António de Bianchi a 10 de junho de 1924. Cf. Telegrama n.º 75, 10 de junho. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

<sup>43</sup> José Bernardino Gonçalves Teixeira era formado em Direito. Em 1889 entrou na carreira diplomática, tendo ocupado o posto de Secretário-geral do Ministério quando este foi criado, em 1919. Manteve-se no exercício de funções até finais de 1926. Por decreto de 30 de setembro de 1925, passou a ter a categoria e honras de embaixador. Cf. TELO, António José (org.) – *António de Faria*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. p. 102.

<sup>44</sup> Cf. Ofício de Augusto de Castro para ministro dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Londres, 1 de maio de 1924. 3.º Piso, A. 4, M. 2.

<sup>45</sup> Cf. Telegrama n.º 49, 24 de abril. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

<sup>46</sup> O *Financier and Bullionist* foi um diário especializado em finança, publicado em Londres, entre 1900 e 1924. Em 1924 foi adquirido pelo *Financial News*.

económica do país, a tentativa de desenvolver as colónias e a polémica questão dos tabacos<sup>47</sup>.

Todavia, a partir de 9 de maio, todas as suas diligências se centraram na elevação simultânea das legações dos dois países à categoria de embaixadas e na concessão dos respetivos *agrément* aos novos embaixadores. A Inglaterra manteve em Lisboa Sir Lancelot Douglas Carnegie (1861-1933). Portugal nomeou para Londres o General Norton de Matos.

Na altura em que Augusto de Castro presidira ao II Congresso da Imprensa Latina, Norton de Matos enfrentara no Parlamento Cunha Leal. Em Angola desde 1921, Norton definira um amplo programa, que compreendia sete grandes transformações do território colonial, as quais já havia começado a empreender na sua primeira passagem pela província, entre 1912 e 1915, na qualidade de Governador-geral. De facto, em 1921, dotado dos mais amplos poderes de alto-comissário, procurou retomar alguma legislação produzida no consulado anterior e, entretanto, alterada e/ou ignorada. Neste sentido, previa a passagem da organização administrativa militar para a organização administrativa civil; legislar o novo código de trabalho dos indígenas a fim de acabar com situações de escravatura encapotada; dotar Angola de uma ampla rede viária, capaz de ligar o litoral ao interior planáltico, assim como concluir as três linhas férreas existentes; reclamar para o Estado o “monopólio da violência”, aprendendo as muitas armas nas mãos dos indígenas e, por isso, propiciadoras de revoltas; dotar as populações africanas com condições de vida, sobretudo sanitárias, condignas; fomentar o ensino técnico, quando a taxa de analfabetismo rondava os 99,%; proporcionar condições de habitação, transportes, comunicações, segurança e ordem públicas, de forma a atrair colonos<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> Cf. Telegrama n.º 54, 3 de maio. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

<sup>48</sup> Cf. MATOS, José Norton de – *Memórias e trabalhos da minha vida*. Vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005, pp. 115-267 e DÁSKALOS, Maria Alexandre – *A Política de Norton de Matos para Angola. 1912-1915*. Coimbra: Minerva, 2008, pp. 49-87.

Tratava-se de um projeto que tinha tanto de visionário como de ambicioso e que procurava colonizar Angola integralmente, mas que suscitou acusações de despesismo, planos faraônicos, megalomania. Assim, “louvado por muitos pela sua ousadia política de fomento asente no incremento do trabalho livre com vista a uma relação inédita entre colonos e africanos”<sup>49</sup>, Norton foi, também, criticado por outros, nomeadamente por Cunha Leal que, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 1924, o acusou, em plena Câmara dos Deputados e, em “tom implacável, de prepotência e de descontrolo financeiro”<sup>50</sup>. O discurso desses dias daria o mote para o livro *Calígula em Angola*, da lavra de Cunha Leal, com a famosa ilustração de Almada Negreiros. Na opinião pública ficou célebre a expressão com que Cunha Leal descreveu o General Norton de Matos na sua ação administrativa como alto-comissário de Angola, corolário de uma violenta campanha jornalística iniciada em agosto de 1923.

À renúncia ao cargo seguiu-se a nomeação para a embaixada de Londres, posto que Norton ocupou até julho de 1926, altura em que o governo saído da revolução de 28 de maio entendeu proceder à sua substituição.

A elevação das duas legações à categoria de embaixadas levou o governo inglês a enviar a Augusto de Castro uma nota oficiosa que deveria ser publicada pela imprensa dos dois países. Essa proposta foi, contudo, recusada pelo secretário-geral, que argumentou que a publicação da nota oficiosa britânica poderia dar a “impressão (e em todo o caso ocasionaria especulações) de que governo português se considera[va] subordinado da Inglaterra”<sup>51</sup>. Gonçalves Teixeira propôs, em alternativa,

---

<sup>49</sup> SILVA, Armando Malheiro da – «General Norton de Matos (1867-1955). Aspectos maiores de um perfil histórico-biográfico – o militar, o colonialista e o democrata». In *Africana Studia*. Porto. 2003. N.º 6, p. 183.

<sup>50</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>51</sup> Telegrama n.º 66, 31 de maio. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas expedidos. Londres, 1924.



a transcrição da nota pelos jornais portugueses, quando os periódicos ingleses chegassem ao país<sup>52</sup>.

O trabalho desenvolvido durante o primeiro mês e meio de atividade diplomática, sobretudo a forma como geriu o processo de elevação das legações foi reconhecido e mereceu cumprimentos, tanto por parte do Foreign Office, através de Sir Eyre Crowe (1864-1925)<sup>53</sup>, como da secretaria-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros:

Sir Eyre Crowe teve deferência de me assinalar que Foreign Office o fazia como testemunho da consideração pela minha intervenção no assunto no momento<sup>54</sup>.

Não posso deixar de o felicitar maneira como conduziu conversações com governo inglês para solução assunto criação embaixada<sup>55</sup>.

Gonçalves Teixeira acrescentava ainda no telegrama que dirigiu a Augusto de Castro: “Vou colocá-lo a si legação Vaticano à qual se apresentam muitos candidatos e onde poderá servir transitoriamente se se verificar hipótese que faculte sua colocação outro posto mais seu agrado”<sup>56</sup>. A 6 de junho era feita a nomeação. A 10 de junho partia para Paris. Daí deslocar-se-ia para os jardins da Basílica de S. Pedro.

### **Norton de Matos, o primeiro embaixador**

Por conseguinte, confirmando os rumores e especulações que há muito circulavam na imprensa, foi nomeado, a 7 de junho desse ano,

---

<sup>52</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>53</sup> Sir Eyre Crowe nasceu a 30 de julho de 1864, em Leipzig, Alemanha, e faleceu a 28 de abril de 1925, em Swanage, Dorset, Inglaterra. Em 1885 iniciou a sua carreira diplomática, tendo ficado conhecido pela defesa de uma política antialemã nos anos que antecederam a I Guerra Mundial. Em 1920, foi nomeado subsecretário de Estado permanente dos Negócios Estrangeiros, cargo que ocupou até à data da sua morte.

<sup>54</sup> Telegrama n.º 68, 30 de maio. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas recebidos. Londres, 1924.

<sup>55</sup> Telegrama sem n.º de registo, 24 de maio. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegramas expedidos. Londres, 1924.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

embaixador em Inglaterra. Ainda a 2 de junho, no parlamento, o deputado Carlos Pereira, após se congratular com o facto de a legação de Londres ter sido elevada a embaixada, ficava sem resposta, após questionar a ida do alto-comissário de Angola para esse posto. Em Luanda, o periódico *Preto no Branco*, evocando a quadra festiva dos Santos Populares, fazia publicar a peça jornalística “Queima de Alcachofras no Bailarico de Angola”: uma série de declarações de Norton, “cantigas ao desafio”, que iam de 30 de agosto do ano findo (“abandonar Angola agora seria uma deserção”) até 24 de abril de 1924 (“tudo estou preparando para a minha rápida partida para aí”)<sup>57</sup>. Na realidade, o general iria substituir, em Londres, o jornalista Augusto de Castro, antigo diretor do *Diário de Notícias*, que somente aí permanecera em funções pouco mais de um mês – rumando à legação do Vaticano – o que comprova o carácter político da nomeação de Norton.

Na capital inglesa, o ex-alto-comissário logrou encontrar refúgio parcial contra os ataques da imprensa, as intervenções parlamentares e a agitação de Angola. João António de Bianchi, em telegrama confidencial dirigido ao secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Teixeira, a 16 de junho, informava que o ex-rei D. Manuel de Bragança se dirigira ao monarca inglês, questionando a “idoneidade e competência” de Norton de Matos, para o exercício das funções de embaixador, por não terem “sido completamente repudiados [...] ataques [à] sua administração”, assim como insinuações de carácter pessoal. O encarregado de negócios interino desmentiu as alegações do último rei português, remetendo documentos comprovativos das qualidades de Norton de Matos para o Foreign Office<sup>58</sup>.

O pessoal da embaixada lusa era, então, constituído pelo encarregado de negócios interino, João António de Bianchi, que organizou e

---

<sup>57</sup> «Queima de Alcachofras no Bailarico de Angola». In *Preto no Branco*. Luanda. 24/04/1924, N.º 7, p. 1.

<sup>58</sup> Telegrama n.º 80, de João António de Bianchi para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 16/06/1924, in AHD/MNE.

dirigiu a secretaria da delegação portuguesa à Conferência de Paz, em dezembro de 1918, tendo sido, depois, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Pequim em 1925, e embaixador em Washington, a partir de 1933<sup>59</sup>, posto que ocupou até 1947; pelo segundo secretário Henrique Gabriel da Silva, segundo secretário no Rio de Janeiro (1915) e no Vaticano (1918), o qual chegara a Londres, em março de 1920, para rumar, no mesmo ano, a Madrid, regressando à capital inglesa em março de 1921<sup>60</sup>; António Rato Potier, adido extraordinário; e o conselheiro comercial Óscar George Potier, côsul-geral em Xangai (1902-1909), depois em Nova Iorque (1911), Londres (1919), Tânger (1926) e Amsterdão (1929).

Em Londres, conforme testemunham os ofícios e os telegramas lavrados, Norton acompanhou a evolução financeira da Alemanha do pós-guerra<sup>61</sup> e a eleição de Hindenburg, “recebida aqui sem excessivas manifestações de nervosismo ou de receio”<sup>62</sup>, a política parlamentar inglesa<sup>63</sup>, ou a apreciação, por parte da imprensa britânica, do regime de Mussolini<sup>64</sup>. Também a questão ultramarina foi por si visada, em especial, a organização do “Colonial Office”, em junho de 1925, segundo a qual, a “direção dos negócios com os domínios ficará a cargo de um novo ministério (Secretaryship of State for Dominion Affairs)”, ao passo que o Ministério das Colónias “passava com esta reorganização dos serviços a poder-se dedicar exclusivamente aos problemas dos

---

<sup>59</sup> Cf. *Anuário Diplomático e Consular Português. Referente a 31 de dezembro de 1934*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Imprensa Nacional, 1935, p. 117-118.

<sup>60</sup> Cf. *ibidem*, p. 177.

<sup>61</sup> Ofício “Empréstimo Alemão”, de Norton de Matos para ministro dos Negócios Estrangeiros, de 17 de outubro de 1924, in AHD/MNE.

<sup>62</sup> Ofício “Eleição de Hindenburg”, de Norton de Matos para ministro dos Negócios Estrangeiros, de 29/04/1925, in AHD/MNE.

<sup>63</sup> Ofício “Eleições em Inglaterra”, de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 24/10/1924, in AHD/MNE.

<sup>64</sup> Ofício “Apreciação da Política interna italiana pela imprensa inglesa”, de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 26/10/1925, in AHD/MNE.

progressos das colónias”<sup>65</sup>. Norton subscrevia estas alterações, “do maior interesse para Portugal”, pelo facto de “aplicar toda a energia da Nação ao desenvolvimento dos territórios coloniais”<sup>66</sup>.

Nos inícios de 1926, diversos telegramas eram trocados acerca do *Relatório sobre o trabalho indígena na África Portuguesa*, do norte-americano Edward Alsworth Ross. Este texto, que havia sido apresentado à Sociedade das Nações no ano transato, à semelhança das palavras de Cadbury, continuava a insistir na desumanidade do trato com os trabalhadores “indígenas”, agravando, ainda mais, a imagem de Portugal no exterior<sup>67</sup>. Norton reportava que a imprensa inglesa não movera qualquer campanha contra este aspeto da colonização lusa, uma vez que os principais jornais se tinham absterido de publicar sobre o assunto. Tomava a liberdade de sugerir que “a minha ação aqui deve ser inteiramente combinada com a da nossa representação [na] Sociedade [das] Nações”, tencionando conferenciar com o então representante português nessa instituição internacional, o correligionário Afonso Costa<sup>68</sup>. No contexto das suas funções protocolares, procedeu, também, à deposição “de uma coroa de flores no monumento aqui erigido aos soldados desconhecidos na guerra”<sup>69</sup>, como, de resto, vinha efetuando em Portugal.

Seja como for, a sua estadia em Inglaterra ficou assinalada por ecos do alto-comissariado exercido. Não apenas coligiu os materiais que lhe permitiram redigir a obra *A Província de Angola*, na qual justificava o período de 1921-1924, como acompanhou a evolução daquela colónia e a cada vez

---

<sup>65</sup> Ofício “Organização do Colonial Office”, de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 13 de junho de 1925, in AHD/MNE, 3.º P, A. 4, M. 2.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> Oliveira Santos, Resposta às acusações que o americano professor Edward Alsworth Ross fez à administração dos portugueses em Angola num relatório que enviou à S. D. N. em 1925. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1927.

<sup>68</sup> Cf. Telegrama n.º 181, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 14/01/1926, in AHD/MNE – Telegramas Enviados.

<sup>69</sup> Telegrama n.º 101, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 12 de julho de 1925, in AHD/MNE.

mais instável conjuntura política portuguesa. Com efeito, o parlamento e a imprensa continuaram, ao longo de 1924, a julgar severamente a crise de Angola. A própria província, que recebeu a visita de Cunha Leal, se “não lhe agradou a governação autocrática de Norton de Matos em muitos aspetos [...] temia aquilo que a discussão parlamentar deixava antever: o recuo da metrópole na concessão de um espaço de autonomia para a colónia”<sup>70</sup>. Sucedido por Rego Chaves, no cargo de alto-comissário, o embaixador em Londres assistiu à discussão acerca “do reforço da capacidade coordenadora do poder central metropolitano sobre a estrutura administrativa colonial e uma simplificação da máquina burocrática”<sup>71</sup>, no fundo a mudança do paradigma republicano. Por exemplo, Carneiro de Moura e Armando Cortesão, primeiro agente-geral das colónias, contestaram, no biénio de 1924-1925, a possibilidade de seguir o modelo britânico<sup>72</sup>.

O saneamento financeiro conseguiu alguns êxitos, apesar do escândalo Alves dos Reis, em 1925. Este caso, que abalou profundamente a credibilidade do país, resultara de uma elaborada fraude de Artur Alves dos Reis que, em nome do Banco de Portugal, convencera a empresa britânica Waterlow & Sons Limited, de Londres, a imprimir uma avultada soma de notas de 500\$00. Este dinheiro permitir-lhe-ia financiar o seu Banco de Angola e Metrópole e lançar-se na compra de ações do Banco de Portugal, viabilizando o domínio desta instituição bancária e o desejado branqueamento dos crimes perpetrados<sup>73</sup>. Descoberto o caso, porque divulgado após uma investigação levada a cabo pel’*O Século*, Alves dos Reis fora julgado e condenado, escrevendo Norton, a partir da

---

<sup>70</sup> Luís Farinha, *Cunha Leal*, p. 174.

<sup>71</sup> FERRÃO, Nuno Sotto Mayor – *A crise colonial em Angola e em Moçambique no debate político*. Consultado em: 15 de abril de 2015. Disponível em : <http://cronicasdo-professorferrao.blogs.sapo.pt/32944.html>

<sup>72</sup> Cf. *idem*, *ibidem*.

<sup>73</sup> Cf. REIS, Artur Alves dos – *Angola e Metrópole: dossier secreto. Fragmentos preciosos para a história da política, da finança e da magistratura portuguesa*. Lisboa: Edição do Autor, 1927; BLOOM, Murray Teigh – *The man who stole Portugal*. London: Secker and Warburg, 1967.

embaixada de Londres, a 4 de dezembro de 1925, que os jornais ingleses desmentiam afirmações do Banco de Angola e Metrópole sobre a origem dos seus capitais<sup>74</sup>. A 10 de dezembro, dispondo de mais informações, noticiava que as “notas [do] Banco de Portugal são fabricadas aqui. Essas notas não são falsificadas e foram fabricadas pela casa Waterloo”<sup>75</sup>.

Em Portugal, os anos finais da Primeira República conheceram, pois, uma agitação crescente, no parlamento e nas ruas, que alertava para a fratura latente entre as elites políticas e a generalidade da população. As fusões e as cisões do bloco nacionalista e conservador não lograram criar uma alternativa política aos governos democráticos, agora chefiados por António Maria da Silva. Verificou-se a instabilidade governativa dos sucessivos gabinetes ministeriais (democráticos) e o enfraquecimento deste partido, também devido a cisões e a falta de alternativas. Sucederam-se as tentativas golpistas e, quer a Guarda Nacional Republicana, quer o exército, continuavam a constituir uma ameaça para uma legalidade que, não raras vezes, se apoiava ilegalmente na força. Em breve, a ditadura passou a ser desejada: ora se evocava Sidónio, ora os mencionados Campos Monteiro e Armando Boaventura escreviam romances contrafactuais de um futuro dominado por uma solução política autoritária. O jornal *A República*, apesar de garantir que “não queremos ditaduras! É ponto assente”, via-se obrigado a reconhecer que “não é por dizê-lo que as ditaduras se evitam”<sup>76</sup>.

Acabou por chegar. A 28 de maio de 1926. Quando Gomes da Costa e o comandante Mendes Cabeçadas, este último próximo da União Liberal Republicana de Cunha Leal, que já antes haviam conspirado, lideraram um golpe formado por forças de composição heteróclita, unidas contra os democráticos. Da luta, do compromisso e da dissidência entre estes grupos e a oposição republicana iria nascer o Estado Novo.

---

<sup>74</sup> Cf. Telegrama n.º 134, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 4/12/1925, in AHD/MNE – Telegramas Enviados.

<sup>75</sup> Cf. Telegrama n.º 142, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 10/12/1925, in AHD/MNE – Telegramas Enviados.

<sup>76</sup> “Não queremos ditaduras!” In *A República*. Lisboa: 6/02/1924, Ano XIV, N.º 4.029, p. 1.

## Referências bibliográficas

- CIDADE, Hernâni – “Conferência realizada na Universidade do Porto, para celebrar o tricentenário do nascimento de Molière”. In *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto. N.ºs 5-6. : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1922., ppp. 385-404.
- FARINHA, Luís – “A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores”. In ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (coord. de) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2009.
- LEAL, Ernesto Castro – *Partidos e programas. O campo partidário republicano português. 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- LEMONS, Mário Matos – *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne, Editora, 2006.
- MAGALHÃES, José Calvet de – *Breve História Diplomática de Portugal*. 3.ª Edição. Mem Martins: Europa-América, 2000.
- MARTÍNEZ, Pedro Mário Soares – *História Diplomática de Portugal*. 3.ª Edição. Coimbra: Almedina, 2010.
- NOVAIS, Noémia Malva – *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*. Coimbra: Minerva, 2006.
- OLIVEIRA, Pedro Aires – “O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974)”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2006. V. 41ol. XLI, N.º (178), 2006, pp. 145-166.
- OLIVEIRA, Pedro Aires – *Armindo Monteiro. Uma biografia política*. Venda Nova: Bertrand, 2000.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano –, “A República e a política externa”. In *A Primeira República Portuguesa Diplomacia, Guerra e Império*. Coord. de Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira. Lisboa: Tinta da China, 2011.
- TORRES, Adelino – “Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-1930)”. In *Estudos afro-asiáticos*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos. N.º 32, . Dezembro de 1997, pp. 163-183.
- Tricentenaire de Molière. Recueil des discours prononcés à l’occasion des fêtes du troisième centenaire de Molière. Janvier 1922*. Paris: Éditions G. Crès, 1923.